

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	9
-----------------------	---

Introdução

A mudança de paradigma na "defesa" da constituição: anotações gerais	13
--	----

CAPÍTULO I

JUIZES DESCONFIADOS

1. Juiz soldado da lei: um paradigma obsoleto	19
2. O juiz visto pelo legislador desconfiado	21
2.1. O juiz apaixonado e o sentimentalismo judicial como causas da desconfiança	22
3. O juiz desconfiando do legislador	25
Referências	32

CAPÍTULO II

O JUIZ CONSTITUCIONAL NÃO É "LEGISLADOR NEGATIVO"

1. Considerações introdutórias	35
2. O juiz constitucional como purificador do sistema: a função estruturante	37

2.1. Significado da "estrutura" a ser tutelada	38
3. As constituições não expiram perante violações diversas	40
4. A função estruturante apresenta <i>status</i> constitucional: fundamento e consequências	42
4.1. <i>Status</i> constitucional ou supralegal da modulação temporal dos efeitos da decisão	49
4.1.1. Retroatividade	49
4.1.2. Eficácia prospectiva	49
4.2. A restauração de norma anterior àquela declarada inconstitucional	53
Referências	55

CAPÍTULO III

O JUIZ ATIVISTA: CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. O juiz ativista e o Estado judicial	59
2. Um papel central dos direitos fundamentais na legitimação do juiz constitucional?	63
2.1. <i>Self restraint</i> como inadmissível argumento redutor da responsabilidade do juiz constitucional	67
3. Como é visto o juiz constitucional pelos Estados liberal e social..	71
4. Originalismo: uma defesa conceitual equivocada do minimalismo judicial	73
Referências	81

CAPÍTULO IV

O JUIZ E A JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL VINCULANTE

1. Esclarecimentos terminológicos e conceituais	87
2. Os dois grandes modelos de sistemas jurídicos	89
2.1. O precedente como instrumento inerente ao modelo judicialista, críticas e possibilidades quanto a sua transposição para o modelo de direito legislado	90
2.1.1. A posição do originalismo quanto ao modelo judicialista de precedentes	93

2.2. O precedente nos modelos de Direito legislado com Tribunal Constitucional ou equivalente	94
3. Breves anotações sobre algumas particularidades das decisões constitucionais vinculantes no Brasil e no Peru (o caso do juiz constitucional como legislador jurisprudencial)	96
4. Assimilação e problemas do precedente (constitucional) no modelo de direito legislado	99
4.1. O problema das fontes do Direito	100
4.2. O impacto da decisão vinculante no modelo de sistema aberto de Direito	101
4.3. Decisão vinculante, acesso ao Judiciário e duplo grau de jurisdição	102
4.4. A independência do Judiciário e a livre convicção do julgador: o juiz como "boca do Tribunal Constitucional"? ...	103
4.5. A questão democrática	104
5. Alcance orgânico: quem estará vinculado?	105
Referências	107

CAPÍTULO V

O JUIZ CONSTITUCIONAL PERANTE A JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL ESTRANGEIRA

1. Ainda a discussão sobre o constitucionalismo: limites e delimitações	111
2. Decisões constitucionais estrangeiras (de âmbito nacional, único ou final) utilizadas em Justiça Constitucional única ou final	118
3. A utilização da jurisprudência constitucional estrangeira	122
3.1. Modelo de submissão	123
3.2. Modelo de repulsa	126
3.3. Modelo decorativo	127
3.4. Modelo de unilateralismo	128
3.5. Modelo de interlocução	128
4. A proposta de Sunstein	134
5. Fundamentos quanto à utilização ou vedação da jurisprudência constitucional estrangeira	141

5.1. A posição constitucional dos estados	141
5.2. Um direito constitucional comum do Ocidente?	145
6. Decisões estrangeiras de direitos humanos fundamentais como elementos de realização da Justiça Constitucional substantiva	148
Referências	152

CAPÍTULO VI

PROCESSO "OBJETIVO" COMO PROCESSO ABERTO AO CONCRETO

1. Terminologias e significados	157
2. Importância do processo objetivo: a possibilidade de manipulação do resultado pelo processo	160
3. O "concreto" e as normas do processo objetivo	162
3.1. Os poderes e o processo objetivo no Brasil	165
3.2. Fundamentos fantasiosos do processo objetivo como exclusivamente abstrato	166
3.3. Consequências da referida abertura para o controle de constitucionalidade	171
4. O processo objetivo e o elemento concreto	172
4.1. Premissa conceitual	172
4.2. Estudo dos institutos processuais brasileiros de abertura ao concreto	173
5. Poderia o Parlamento reduzir o espaço de atuação da Justiça Constitucional? O problema do processo (constitucional) objetivo manipulado pelo Parlamento	175
Referências	178